

Tira-dúvidas

O papel da COP

A CONFERÊNCIA das Partes (COP) é o braço executivo da Convenção-Quadro de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas, que realiza encontros anuais, e leva o nome da cidade onde é realizado. Seus resultados dependem das negociações entre os países que participam do acordo – conhecidos como Partes – e seus grupos representativos. Veja a evolução dos encontros:

COP-1: BERLIM Em 1995, ano seguinte da entrada em vigor da CQMC, decide apresentar no encontro de 1997 o comprometimento dos países do Anexo I de redução das emissões de gases do efeito estufa. Eram os primeiros passos para a criação do Protocolo de Quioto.

COP-2: GENEVRA Em 1996, permite que os países não-Anexo I solicitem apoio financeiro do Fundo Global para o Meio Ambiente para o desenvolvimento de programas de redução de emissões.

COP-3: QUIOTO Em 1997, adoção do Protocolo de Quioto, com metas de redução de emissões e mecanismos de flexibilização dessas metas. De modo geral, as metas são de redução de 5,2% das emissões de 1990. A entrada em vigor do acordo estava vinculada à ratificação por no mínimo 55 países que somassem 55% das emissões globais de gases do efeito estufa, o que aconteceu apenas em 16 de fevereiro de 2005, após a adesão da Rússia. Os Estados Unidos se retiraram do acordo em 2001.

COP-4: BUENOS AIRES Em 1998, estabelece o Plano de Ação com metas para alguns itens do protocolo, análise da mu-

dança do clima e alternativas de compensação, mecanismos financiadores e transferência de tecnologia.

COP-5: BONN Em 1999, discussões sobre LuluCF, sigla em inglês que designa o Uso da Terra, Mudança de Uso da Terra e Florestas.

COP-6: HAIA Em 2000, negociações suspensas pela falta de acordo nas discussões sobre sumidouros, LuluCF, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, mercado de carbono e financiamento de países em desenvolvimento. Os Estados Unidos saem do Protocolo de Quioto.

COP-7: MARRAKESH Em 2001, define os mecanismos de flexibilização, limita o uso de créditos de carbono gerados de projetos florestais do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e estabelece fundos de ajuda a países em desenvolvimento voltados a iniciativas de adaptação às mudanças climáticas.

COP-8: NOVA DELHI Em 2002, mesmo ano da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), dá início à discussão sobre uso de fontes renováveis na matriz energética, marca a adesão da iniciativa privada e de organizações não governamentais ao Protocolo de Quioto e apresenta projetos para a criação de mercados de créditos de carbono.

COP-9: MILÃO Em 2003, discute a regulamentação de sumidouros de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estabelece regras para projetos na a obtenção de créditos de carbono.

COP-10: BUENOS AIRES Em 2004, aprova regras para o Protocolo de Quioto, que entrou em vigor no início do ano seguinte, após a ratificação pela Rússia, define os Projetos Florestais de Pequena Escala (PFPE) e divulga os inventários de emissão de gases do efeito estufa por alguns países em desenvolvimento, entre eles o Brasil.

COP-11/MOP-1: MONTREAL Em 2005, juntamente com a Primeira Conferência das Partes do Protocolo de Quioto (COP/MOP1), discute o segundo período do Protocolo, após 2012, para o qual instituições européias defendem reduções de emissão na ordem de 20 a 30% até 2030 e entre 60 e 80% até 2050.

COP-12/MOP-2: NAIROBI Em 2006, revê os prós e contras do Protocolo de Quioto.

COP-13/MOP-3: BALI Em 2007, estabelece compromissos para a redução de emissões causadas por desmatamento das florestas tropicais para o acordo que substituirá o Protocolo de Quioto. Foi ainda aprovado o Fundo de Adaptação, para os países enfrentarem os impactos da mudança do clima, além de outras ações de mitigação.

COP-14: POZNAN Em 2008, na Polônia, serve como antecessora da esperada COP-15.

A importância da COP-15

A COP-15, que será realizada entre 7 e 18 de dezembro próximo, em Copenhaga, será o mais importante da história recente dos acordos multilaterais ambientais, pois estabelecerá o tratado que substituirá o Protocolo de Quioto, vigente de 2008 a 2012.

Em discussão o Relatório Stern, sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas nos próximos 50 anos. Uma das suas principais conclusões é que com um investimento de 1% do PIB mundial se pode evitar a perda de 20% do mesmo PIB em 50 anos. ■